

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores
Senhoras e senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Hoje em dia está muito em voga falar-se de urbanismo como uma das principais, senão a principal, preocupação dos políticos e dos gestores da causa pública. E porquê?

Porque o urbanismo é, no fim de contas, aquilo que faz com que as relações de convivência humana se tornem mais fáceis, mais saudáveis, mais apetecíveis e mais eficazes. Não nos esqueçamos que a palavra urbanismo deriva de termos latinos cujo significado fundamental é não só o viver-se na cidade, como o manter as melhores relações de convivência humana. Daí que ainda hoje se fale de urbanidade como de boa educação, e de modos de proceder urbanos como próprios de gente de bem e de boas maneiras.

Então, o que é o urbanismo de que se fala e trata hoje em dia?

Podemos considerá-lo quer como fenómeno demográfico, quer como disciplina social. Como fenómeno demográfico é o êxodo rural a que se assiste todos os dias: a fuga das pessoas do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Como disciplina social é o conjunto de técnicas em que, a par de parâmetros estéticos, o que mais se pretende é permitir e facilitar às pessoas as melhores condições de habitabilidade, de serviços, de comunicação, de trabalho, de convivência humana e de prazer.

Enfim, tornar agradavelmente habitável o espaço, e saudavelmente aproveitável a convivência humana. Assim, o urbanismo, no seu sentido mais lato, tanto se pode e deve aplicar às cidades como aos meios rurais.

Vejamos um pouco da história da aplicação desta nova disciplina social que é o urbanismo:

A mais célebre aplicação do Urbanismo foi a transformação de Paris pelo prefeito Haussman (1809-1891). Encarando ele a cidade sob o seu aspecto técnico e demonstrando uma notável lucidez, procurou, antes de mais nada, resolver os problemas dos transportes e da circulação. Descurou, então, o problema do alojamento, e a sua contribuição maior residiu na criação de novos serviços municipais e de inúmeros espaços verdes.

Mas há quem afirme que a palavra urbe teve a sua origem aquando da elaboração do projecto de ampliação, em 1850, da cidade de Barcelona pelo engenheiro catalão Ildefonso Cerdá, com a intenção de designar de modo geral os diferentes tipos de assentamento humano.

Muito mais tarde, só no séc.xx, aparece então a palavra Urbanismo como disciplina científica, e é a partir desta data que se propõe como objectivo final a realização de conjuntos homogéneos capazes de satisfazerem as diversas necessidades da vida na cidade e nos aglomerados populacionais.

Na opinião de Jane Jacob, no seu livro «*A morte e vida das grandes cidades*», estas seriam Cidades-jardins que, com o planeamento regional, poderiam ser distribuídas racionalmente por amplos territórios, imbricando-se com recursos naturais, em equilíbrio com a agricultura e os bosques, formando um todo lógico. A cidade seria um pólo alternativo de desenvolvimento e fixação populacional. Um exemplo visível deste conceito é, sem dúvida, a cidade de Londres.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Foi, com efeito, no início do séc. xx, que os modelos orgânicos e a cidade jardim começam a ser questionados; as opiniões nos congressos internacionais de arquitectura moderna e a Carta de Atenas, redigida em 1933, desenvolveram outro modelo de cidade completamente diferente do anterior. Por sua vez os avanços tecnológicos na área da construção civil levaram a que as cidades fossem constituídas por conjuntos de edifícios altos, rodeados de espaço público e zonas verdes. A mobilidade era assegurada por um conjunto de enormes avenidas. Uma cidade funcional, basear-se-ia em quatro funções principais: habitar, trabalhar, circular e recrear-se.

No entanto, hoje a nova carta de Atenas, da responsabilidade do Conselho Europeu de Urbanistas, é um documento completamente diferente do referido anteriormente. A sua mais recente versão, aprovada em Lisboa em 2003, apresenta a visão da “cidade interligada”.

Actualmente, cerca de 80% dos cidadãos europeus vivem em zonas urbanas, zonas que se tornam cada vez mais vastas, e a que vulgarmente se chama «expansão urbana». E embora exista, por vezes, um plano director, a verdade é que as operações isoladas de renovação dos bairros não participam da

visão global dessas cidades. Infelizmente, na maior parte dos países, o urbanismo contenta-se ainda com medidas parciais e quase que só aplicadas às cidades.

Portugal não fugiu à regra. Anos seguidos de ausência de formação específica, de défice de planeamento criativo, aliada a outras pressões conduziram, em particular nos últimos 30 anos, ao crescimento descontrolado do território.

As cidades portuguesas, nomeadamente as maiores, cresceram com falta de planos suficientemente amplos e significativos, e com tendência de se concentrar a maioria das grandes construções, empresas e actividades de todo o género, à volta daqueles centros urbanos.

Nítida falta de urbanismo.

No entanto, nos últimos tempos, é evidente a preocupação que todos os Municípios têm com o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida que deve existir nas áreas urbanas.

Esta é também uma das prioridades da Comissão Europeia, mais concretamente do Sexto Programa de Acção em matéria de Ambiente “Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha”, que lhe dedica uma estratégica temática. Esta tem como objectivo global melhorar o desempenho ambiental e a qualidade das zonas urbanas, assegurando um ambiente de vida saudável para os cidadãos urbanos.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Sabe-se que a sustentabilidade do território é hoje um factor de grande importância para assegurar a competitividade das regiões. Por isso, os espaços urbanos, ou seja onde habitem e actuem as pessoas, devem ser espaços agradáveis.

Deve ser então, preocupação de todos tornar esses espaços mais belos, dando-lhes todas as condições para que sejam funcionais e modernos, tendo o cuidado de adaptá-los às necessidades humanas. A regeneração das cidades e dos grandes espaços rurais não compete apenas aos Municípios. Outras entidades devem, também, concorrer para tal: empresas municipais, empresas privadas, cooperativas, associações cívicas, e todos os munícipes.

É importante que domine o verde urbano. Este é sinal da presença e da força da Natureza. É essencial a existência de lugares para convívio; pode não acontecer o convívio, mesmo havendo lugar, mas, se não houver lugar, então é que de certeza não haverá convívio entre vizinhos.

Outro factor imprescindível para o bem-estar é um sistema de segurança pública, bem ligado à gestão local e com forte valência de proximidade e de constância na presença e na acção, respondendo eficazmente a qualquer problema. O crime não é hoje exclusivo das cidades. Veja-se o que vai acontecendo aos nossos espaços rurais. Urbanismo também é proporcionar tranquilidade e segurança a todos os cidadãos.

Urbanismo ainda é, ao reabilitar os edifícios, ter o cuidado e a preocupação de recriar e restaurar a lógica dos núcleos urbanos antigos, dando atenção, sobretudo à questão do impacto dos antigos conventos, à reabilitação de percursos pedonais, à avaliação do potencial comercial rua a rua. Um bom exemplo disto é a nossa cidade de Angra do Heroísmo, Património Mundial da Unesco, e que decorrerá a curto prazo os 25 anos desta efeméride.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

A dado momento desta explanação, afirmei que uma boa aplicação do urbanismo permite e facilita às pessoas as melhores condições de habitabilidade, de serviços, de comunicação, de trabalho, de convivência humana e de prazer.

Assim, não poderei terminar a minha intervenção, sobre a temática do Urbanismo, sem lembrar o que sobre esta questão o Governo Regional tem feito, e bem, no sentido de proporcionar aos açorianos melhores condições de vida de acordo com os objectivos de um bom urbanismo.

Em matéria de habitação não faltaram programas de apoio à recuperação da habitação degradada, ao desenvolvimento de programas destinados à construção de habitação a custos controlados, ao apoio à autoconstrução e à habitação para jovens casais, bem como à erradicação de muitas barracas, favorecendo, assim, inúmeras famílias desfavorecidas.

Não me querendo alongar, apenas, apresentarei um pequeno número de dados, (apenas os mais evidentes) referentes à ilha Terceira, em matéria de habitação e outras áreas:

- Urbanização da Carreirinha adquiridos - 68 lotes/56 habitações no valor de 1 974 757,20€;
- Urbanização de Vale Linhares - 22 lotes para construção de 48 fogos, no valor de 137 472,50€;
- Urbanização dos Biscoitos - 22 fogos unifamiliares no valor de cerca de 132 000€;
- Urbanização de S. Brás - 21 fogos cujo custo ultrapassa os 406 006€;
- Reconversão urbanística e habitacional do Bairro de Nossa Senhora de Fátima cuja obra custará cerca de 5 milhões €;
- Outras acções em situação de grave carência económica, e com necessidade de habitação cerca de 950 000€.

Para um tempo recorde o valor destas obras, aproxima-se dos 8 milhões €.

Prevê-se ainda 255 novos realojamentos no Bairro da Terra Chã.

Na área dos Assuntos Sociais irá surgir finalmente a tão desejada obra, de grande envergadura, do novo Hospital. Inúmeros foram os investimentos feitos a favor das creches, centros de actividade de tempos livres, para crianças e de convívio para idosos. Estando, já, em construção as novas instalações da ACM, bem como em fase de acabamento, as do Recolhimento de S Gonçalo.

Não deixarei de referir aqui as recentes e modernas escolas; a Tomás de Borba, em São Carlos, e a ampliação e requalificação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, no concelho da Praia da Vitória. Outra obra digna de registo e em fase terminal são as obras da nova aerogare das Lajes e a requalificação e ampliação do porto comercial da Praia.

Ao nível das acessibilidades muito foi feito e novas obras, estão já curso. (caso da Via Vitorino Nemésio e das futuras Scuts).

Ao serviço dos cidadãos, existem ainda cinco postos de (RIAC).

Sem dúvida, isto é, apenas, uma pequena amostra do que tem sido a preocupação dos sucessivos Governos Regionais, do Partido Socialista e igualmente dos Municípios. Fazer surgir em todas as zonas urbanas da nossa região equipamentos, e serviços, meios de comunicação, de trabalho e de convivência humana para facilitar e melhorar a vida das populações.

Espírito empreendedor é lema do actual Governo por isso não se contentará com o que está feito. O seu esforço continuará nesta linha.



É verdade que as preocupações ainda não entraram na mente de todos os Açorianos. Mas tudo será melhor no dia em que, por força de um urbanismo bem orientado, os Açorianos residentes nos meios rurais não sentirem necessidade de habitar nas cidades; as ilhas mais pequenas se assemelharem, urbanisticamente, a grandes espaços habitacionais; o mesmo se dizendo dos concelhos das ilhas maiores; e o ordenamento do território, a veneração da Natureza, e o respeito pelas características do antigo e próprio de cada pequeno espaço, forem preocupação e património cultural de todos e de cada Açoriano.

Horta, 21 de Fevereiro de 2008

A deputada Regional

Fernanda Trindade